

Pacote de obras avança no Centro, Parque Eldorado e Manu Manuela



O loteamento Manu Manuela voltou a receber obras de melhoria da infraestrutura local. Equipes da secretaria municipal de Obras de Maricá estão trabalhando na Rua 13, onde parte da rede de drenagem já foi colocada no trecho final da via, para escoar o fluxo de um canal que corta a localidade.

“Estão sendo implantadas manilhas de 60 centímetros de diâmetro para, em seguida, começarmos as obras de asfaltamento”, informa o secretário municipal de Obras, Fernando Rodovalho.

A dona de Casa Jaqueline Melo é uma das moradoras que comemora o andamento das intervenções. “Esperamos isso durante muitos anos. Esse canal sempre foi um transtorno para nós, mas agora os problemas de alagamento e lama invadindo as casas vão acabar”, avalia a moradora.

Enquanto as obras da Rua 13 avançam, a paralela Rua 12 está sendo preparada para receber as mesmas intervenções. De acordo com o secretário Fernando Rodovalho, depois que as duas ruas estiverem prontas, as equipes seguirão para a Avenida Um, para concluir uma obra de asfaltamento iniciada no segundo semestre do ano passado.

Também na localidade, funcionários da prefeitura instalaram luminárias no entorno de uma quadra poliesportiva recém-construída por meio do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) com recursos federais

e contrapartida da Prefeitura. O local já está aberto ao público, mas o reforço na iluminação vai permitir a utilização da quadra também no período da noite.

Banho de asfalto continua e Avenida Francisco Sabino tem pavimentação concluída

Outra importante obra é a pavimentação da Avenida Francisco Sabino da Costa. Uma das principais portas de entrada da cidade, a via recebeu nesta semana o asfaltamento na pista em direção ao centro da cidade. A continuação da avenida pelas ruas Abreu Rangel e Domicio da Gama (até a altura do hospital) também será asfaltada. O sentido oposto da via, na pista para quem sai da cidade, já havia sido completamente remodelado.

No Parque Eldorado, o banho de asfalto está transformando a região. Diversas ruas já foram inteiramente asfaltadas e os trabalhos seguiram nesta terça-feira na rua Aloísio Costa da Silva. Já no Parque da Cidade, as equipes asfaltaram hoje as margens da RJ-106 (próximo ao acesso ao futuro posto de abastecimento da frota municipal).

Poder Executivo Municipal
Atos do Prefeito



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

DECRETO Nº 74, de 25/03/2013.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO VALOR DE R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO EM VIGOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO

•a Lei Municipal n.º R007, de 27 de dezembro de 2012, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam abertos Créditos Suplementares no valor global de R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) para reforço de dotações orçamentárias sob a seguinte classificação econômica e programática:

| CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL | | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | Elemento de Despesa | Fonte de Recurso | Código Reduzido | Valor Suplementado |
|--|----------------------------|--------------------------------------|---|---------------------|------------------|-----------------|--------------------|
| Órgão | Unidade | Código | Título | | | | |
| 23 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES | 1 - GABINETE DO SECRETÁRIO | 4.122.1.2001 | MANUTENÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES | 3.3.9.0.36 | 231 | 4039 | R\$ 50.000,00 |
| 21 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER | 1 - GABINETE DO SECRETÁRIO | 23.695.22.2102 | MARICÁ É SHOW | 3.3.9.0.39 | 206 | 1471 | R\$ 300.000,00 |
| TOTAL DOS CRÉDITOS SUPLEMENTADOS: | | | | | | | R\$ 350.000,00 |

Art. 2º – Os Créditos de que trata o artigo anterior, observado o disposto no Inciso III, § 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64 e o disposto no Inciso I, art 8º, da Lei Municipal n.º R007, de 27 de dezembro de 2012, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2013, serão compensados por meio das seguintes reduções orçamentárias:

| CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL | | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA | | Elemento de Despesa | Fonte de Recurso | Código Reduzido | Valor Anulado |
|--|---------------------------------------|--------------------------------------|--|---------------------|------------------|-----------------|----------------|
| Órgão | Unidade | Código | Título | | | | |
| 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA | 1 - GABINETE DO SECRETÁRIO | 4.129.8.1014 | PNAFM-PROG. NACIONAL DE APOIO A GESTÃO A | 4.4.9.0.51 | 214 | 2954 | R\$ 50.000,00 |
| 80 – ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO | 1 - ENCARGOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO | 28.846.0.150 | OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS | 3.3.9.0.92 | 206 | 4677 | R\$ 300.000,00 |
| TOTAL DOS CRÉDITOS ANULADOS POR REDUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: | | | | | | | R\$ 350.000,00 |

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 76/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições legais e considerando o disposto no art. 43 da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; considerando a convocação pela Presidência da República da 5ª Conferência Nacional das Cidades; considerando o disposto pelo Conselho Nacional das Cidades através da Resolução Normativa nº 14, de 6 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades.

CONVOCA A ETAPA MUNICIPAL DA 5ª. CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal das Cidades de Maricá, etapa preparatória para 5ª Conferência Nacional das Cidades, organizada pela Comissão Preparatória Municipal.

Art. 2º A Conferência Municipal da Cidade de Maricá desenvolverá seus trabalhos a partir da temática nacional “Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!” e contemplará em seu temário os planos nacional e estadual, nos termos do art. 42, § 3º da Resolução Normativa nº 14, de 6 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades.

Art. 3º A Conferência Municipal das Cidades, de Maricá será presidida pelo Secretário de Urbanismo e pelo Secretário de Direitos Humanos. Em suas ausências ou impedimento eventual, um subsecretário das respectivas pastas poderá assumir a presidência.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo Municipal a constituição de uma Comissão Preparatória da Conferência da Cidade de Maricá, com a participação de representantes dos diversos segmentos, conforme proporcionalidade estabelecida no art. 17 da Resolução Normativa nº 14, de 6 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades.

Parágrafo Único – Os segmentos definidos deverão indicar os seus representantes até 15 dias após a publicação deste decreto através de ata da assembleia do segmento.

Art. 5º Cabe à Comissão Preparatória Municipal:

I – definir o Regimento Municipal, contendo critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados (as) para a etapa estadual, respeitadas as definições dos regimentos estadual e nacional, bem como a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme art. 17 da Resolução Normativa nº 14, de 6 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades.

II – definir data, local e pauta da Conferência Municipal.

§ 1º Enviar as informações dos incisos I e II à Comissão Preparatória Estadual, no máximo, até 10 dias após a convocação da referida Conferência, a fim de validá-la.

§ 2º Enviar as informações dos incisos I e II para a Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades para registro.

§ 3º O temário da Conferência Municipal deve contemplar o temário nacional e direcionar as propostas para todas as esferas da Federação.

§ 4º A Comissão Preparatória Municipal deverá produzir um relatório final, a ser encaminhado para o Governo Municipal, que promoverá sua publicação e divulgação.

Art. 6º O resultado da Conferência deve ser remetido à Comissão Preparatória Estadual e à Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades, em até 10 dias após sua realização, em formulário próprio a ser distribuído pelo Ministério das Cidades.

Art. 7º - As despesas com a realização da Conferência Municipal da Cidade de Maricá correrão por conta dos recursos orçamentários municipais.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maricá, 26 de Março de 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ

PORTARIA Nº 1311/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 221, de 27.12.2012,
RESOLVE

Art. 1º Nomear, **JETTER DE OLIVEIRA MENDONÇA**, com validade a partir de 15.01.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente Executivo da Subsecretaria Municipal de Atenção Básica e Saúde Coletiva, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.01.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 29 de janeiro 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 1312/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 221, de 27.12.2012,
RESOLVE

Art. 1º Nomear, **RODRIGO FERREIRA VALENTE CARDOSO**, com validade a partir de 15.01.2013, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo CC-2, de Gerente Executivo da Subsecretaria Municipal de Atenção Básica e Saúde Coletiva, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos a partir de 01.01.2013.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,

Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 29 de janeiro 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 1313/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo nº 127, VII e IX da Lei Orgânica do Município de Maricá e com base na Lei Complementar nº 221, de 27.12.2012,

Sumário

Atos do PREFEITO, 1

Poder Legislativo

Resoluções e decretos.....

Outras instâncias

Ordens, convocações, consultas, orientações etc.....

Expediente

Jornal Oficial de Maricá
Veículo de publicação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Maricá.

Órgão Responsável
Setor de Imprensa

R. Álvares de Castro, 346 - Centro
Maricá/RJ - Tel.: (21) 3731-0289
CNPJ nº: 29.131.075/0001-93

Jornalista Responsável
Sérgio Renato - RG MTb: 23259

Fotos:
Fernando Silva | Clarildo Menezes

Diagramador
Luis Osvaldo A. de M. Junior

Impressão
Empresa Jornalística Real ZM Notícias Ltda.
- Rua Professor Heleno Cláudio Fragoso, 529 - Jardim Iguaçú - RJ

Tiragem
1.000 exemplares

Distribuição
Órgãos públicos municipais

Coordenadoria de Comunicação Social

Prefeito Municipal
Washington Quaqué

www.marica.rj.gov.br

Segurança Pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,
Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 21 de Março de 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 1911/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 127 VII e IX da Lei Orgânica do Município, bem como o solicitado no Processo nº 4441 de 18.03.2013,
R E S O L V E

Art. 1º Exonerar por falecimento, a partir de 10.03.2013, o Servidor do Quadro Permanente **IVANDI RODRIGUES DE AZEVEDO**, Guarda Municipal, sob matrícula nº 5651, com lotação na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,
Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 21 de Março de 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

PORTARIA Nº 1912/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ, no uso de suas atribuições legais e
CONSIDERANDO o disposto no artigo 103 da Lei Complementar nº 01 de 09.05.90, bem como o solicitado no Processo nº 2256 de 15.02.2013,
R E S O L V E

Art. 1º Conceder **LICENÇA PRÊMIO**, por 06 (seis) meses a partir de 01.03.2013, ao Servidor do Quadro Permanente **MARIO VANCE SAGULO**, Guarda Municipal, sob matrícula nº 5664, com lotação na Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ,
Estado do Rio de Janeiro, RJ, em 21 de Março de 2013.

WASHINGTON LUIZ CARDOSO SIQUEIRA (QUAQUÁ) - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ

SECRETARIA MUNICIPAL EXECUTIVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013 (REMARCAÇÃO)

Pregoeiro: Marcelo Rosa Fernandes. Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de agenciamento de transporte aéreo doméstico e internacional, compreendendo os serviços de reserva, marcação, emissão, remarcação e cancelamento de passagens, objetivando atender servidores e membros da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações Públicas do Município de Maricá, aqui denominados apenas de Administração Pública, quando em missões oficiais. Data: 12/04/2013. Horário: 10:30hs. Os interessados em retirar o Edital deverão comparecer à Rua Álvares de Castro, n.º 346, Centro – Maricá/RJ, portando carimbo contendo CNPJ e Razão Social, 01 (UM) CD virgem e uma resma de papel A4, das 13:00 às 16:00h ou solicitar pelo e-mail cplmarica@gmail.com. Informações pelo sítio www.marica.rj.gov.br

Processo: 0004804/2013

Objeto: Impugnação ao Edital do Pregão Presencial n.º. 39/2013.
Impugnante: TRACTORBEL TRATORES E PEÇAS BELO HORIZONTE LTDA.
Decisão: INDEFERIDO CONFORME RAZÕES EXPOSTAS NOS AUTOS DO

Processo: 0005036/2013

Objeto: Impugnação ao Edital do Pregão Presencial n.º. 39/2013.
Impugnante: EXITO IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A.
Decisão: INDEFERIDO CONFORME RAZÕES EXPOSTAS NOS AUTOS DO

ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013 - PMM

No item 7 e 8 do Lote 2, do Edital do Pregão supracitado:
Onde se lê:

Item 7: Gizão de cera com 12 cores - Descrição: em cores sortidas, atóxico, formato anatômico, composição: ceras e pigmentos, acondicionado em caixa de papelão, constar na embalagem informações do fabricante; Item 8: Lápis grafite preto - Descrição: mina com camada protetora e corpo revestido em resinas termoplásticas na cor verde, medindo aproximadamente 175 mm, contendo gravado na cor dourada: marca e modelo, não conter adição de madeira, composição: resinas termoplásticas

Leia-se:

Item 7: Lápis grafite preto - Descrição: mina com camada protetora e corpo revestido em resinas termoplásticas na cor verde, medindo aproximadamente 175 mm, contendo gravado na cor dourada: marca e modelo, não conter adição de madeira, composição: resinas termoplásticas; Item 8: Gizão de cera com 12 cores - Descrição: em cores sortidas, atóxico, formato anatômico, composição: ceras e pigmentos, acondicionado em caixa de papelão, constar na embalagem informações do fabricante

As retificações citadas não implicam em alteração de valores, pois se tratam apenas de erros materiais

Ata de R.P. nº 10/2013

Processo Administrativo Nº 3565/2012

Validade: 11/03/2014

REGISTRO DE PREÇOS PARA MATERIAL DE EXPEDIENTE

Ao Decimo primeiro dia do ano de dois mil e treze, a Municipalidade de Maricá, através do Órgão Gerenciador de Registro de Preços, integrante da Coordenadoria de Compras, situado na Rua Álvares de Castro, nº 346, nesta Cidade, aqui representada, nos termos do Decreto Municipal n.º 93/2012, por **Denize Luiz Cardim** portador (a) do R.G nº 118.353.74-7. IFP e inscrito(a) no CPF sob nº 056.651.647-04, e a empresa **KLTV COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME**, situada à Rua São Pedro, 154, sala 807-Centro-Niteroi-RJ, CEP.: 24020058, CNPJ nº 12.857.672/0001-05 neste ato representada por **Kin Vicente de Almeida**, portador do RG nº 21.022.501-7 e inscrito no CPF sob nº 058.110.727-67, nos termos do Decreto Municipal nº 62/2009, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas complementares, e consoantes às cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolvem efetuar o registro de preço, conforme decisão de fls.874-874 , HOMOLOGADA às fls.956 , ambas do processo administrativo nº 3565/2012, referente ao Pregão Presencial nº 48/2012.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇOS

1.1. Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços do item dela constante, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, e do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 62/2009.

1.2. Os preços registrados na presente Ata referem-se ao seguinte:

| ITEM | QTD. | UNI. | DESCRIÇÃO | Valor Unit. | Valor Total |
|------|-------|------|---|-------------|---------------|
| 1 | 80 | Unid | Almofada para carimbo, entintada, cor azul, medindo (105x180)mm | R\$ 4,74 | R\$ 379,20 |
| 5 | 110 | Unid | Barbante, algodão, 250g na cor branca, com 8 fios. | R\$ 6,49 | R\$ 713,90 |
| 7 | 350 | Unid | Bateria de Litium CR2032. | R\$ 15,00 | R\$ 5.250,00 |
| 11 | 340 | Unid | Borracha para desenho, azul-vermelha, medindo (45x17x7)mm. | R\$ 0,29 | R\$ 98,60 |
| 12 | 750 | Unid | Borracha plástica, branca, formato retangular, medindo (43x22x12)mm no mínimo. | R\$ 0,57 | R\$ 427,50 |
| 17 | 40 | Unid | Calculadora de mesa | R\$ 7,65 | R\$ 306,00 |
| 19 | 11800 | Unid | Caneta esferográfica, escrita média, cor Preta. | R\$ 0,50 | R\$ 5.900,00 |
| 20 | 2400 | Unid | Caneta esferográfica, escrita média, cor vermelha. | R\$ 0,50 | R\$ 1.200,00 |
| 22 | 1210 | Unid | Caneta marca texto, amarela | R\$ 0,66 | R\$ 798,60 |
| 23 | 40 | Unid | Caneta para retroprojeto, cor preta, ponta média, cx com 6 unidades | R\$ 10,15 | R\$ 406,00 |
| 24 | 20 | Unid | Caneta para retroprojeto, cor vermelha, ponta média, cx com 6 unidades | R\$ 10,15 | R\$ 203,00 |
| 26 | 100 | CX | Cartolina colorida, com 100 unidades. | R\$ 32,47 | R\$ 3.247,00 |
| 27 | 50 | CX | Cartolina, branca, medindo (500x660)mm, 150g/m2 pct. Com 100 folhas | R\$ 27,26 | R\$ 1.363,00 |
| 28 | 100 | Pct | Clips de metal para papel, nº.00 - 32mm, com 100 unidades | R\$ 1,89 | R\$ 189,00 |
| 29 | 200 | Pct | Clips de metal para papel, nº. 2/0 - 34mm, cx. Com 100 unidades | R\$ 1,42 | R\$ 284,00 |
| 30 | 100 | CX | Clips de metal para papel, nº. 3/0 - 36 mm, cx. Com 50 unidades | R\$ 1,26 | R\$ 126,00 |
| 32 | 1000 | CX | Cola de isopor, 40g. | R\$ 1,39 | R\$ 1.390,00 |
| 33 | 340 | CX | Cola plástica, líquida, para couro, papel e tecido, Un. Com 90g. | R\$ 1,44 | R\$ 489,60 |
| 36 | 100 | Unid | Colchetes para papel nº. 09, de latão ou chapa de aço cabeça redonda, cx Com 72 unidades. | R\$ 2,97 | R\$ 297,00 |
| 37 | 100 | Unid | Colchetes para papel nº. 12, de latão ou chapa de aço cabeça redonda, cx Com 72 unidades. | R\$ 5,38 | R\$ 538,00 |
| 38 | 100 | CX | Colchetes para papel nº. 15, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, cx Com 72 unidades. | R\$ 6,85 | R\$ 685,00 |
| 41 | 100 | CX | Corretor líquido para escrita, Un. Com 18ml | R\$ 1,70 | R\$ 170,00 |
| 44 | 480 | CX | Elástico para papel - nº. 18, cx com 25gr. | R\$ 0,81 | R\$ 388,80 |
| 46 | 8000 | Unid | Envelope pardo 1/2 Ofício. | R\$ 0,18 | R\$ 1.440,00 |
| 49 | 2000 | CX | Envelope pequeno para carta. | R\$ 0,44 | R\$ 880,00 |
| 59 | 2500 | Unid | Fita adesiva de acetato de celulose, dupla face, medindo (12mmx30m) | R\$ 2,95 | R\$ 7.375,00 |
| 60 | 250 | Unid | Fita adesiva de papel, crepada, em rolo de (50mmx50m) | R\$ 6,68 | R\$ 1.670,00 |
| 69 | 250 | Unid | Grampeador, manual, de mesa, em metal cromado ou pintado, tamanho grande, carga mínima para 200 grampos referência 26 com 6mm de altura (26/6), capacidade para grampear folhas até a espessura de 3mm. | R\$ 15,99 | R\$ 3.997,50 |
| 73 | 330 | Pct | Lápis borracha | R\$ 2,51 | R\$ 828,30 |
| 84 | 3200 | Unid | Massa plástica para modelagem, barra de 500g. | R\$ 5,99 | R\$ 19.168,00 |
| 86 | 2000 | Unid | Papel 40kg | R\$ 0,66 | R\$ 1.320,00 |
| 90 | 1310 | Unid | Papel carbono, A4, com 100 folhas | R\$ 15,99 | R\$ 20.946,90 |

| | | | | | |
|--------------|------|------|--|------------|-------------------|
| 91 | 5000 | Unid | Papel celofane | R\$ 0,79 | R\$ 3.950,00 |
| 92 | 4000 | Unid | Papel Crepom, diversas cores, rolo medindo (480x200)mm no mínimo | R\$ 0,54 | R\$ 2.160,00 |
| 93 | 3000 | Unid | Papel glacê, diversas cores, em folha medindo aproximadamente (500x660)mm | R\$ 0,25 | R\$ 750,00 |
| 97 | 4500 | Unid | Pasta arquivo - Tipo suspensa, com ferragem e visor confeccionado em material plástico resistente, tamanho ofício, com dois suportes de material plástico. | R\$ 1,91 | R\$ 8.595,00 |
| 100 | 1900 | Unid | Pasta cartolina com abas e elástico, 480g/m2 medindo (240x320)mm | R\$ 2,31 | R\$ 4.389,00 |
| 101 | 1800 | Unid | Pasta cartolina simples com grampo trilha, 480g/m2, medindo (240x320)mm | R\$ 1,92 | R\$ 3.456,00 |
| 108 | 1000 | Unid | Pasta transparente, com elástico | R\$ 1,43 | R\$ 1.430,00 |
| 109 | 200 | Unid | Pasta transparente com trilha | R\$ 3,77 | R\$ 754,00 |
| 111 | 80 | Unid | Perfurador de papel 02 furos para 40 folhas | R\$ 38,40 | R\$ 3.072,00 |
| 113 | 1470 | Unid | Pincel Atômico 1100 com ponta de feltro e tinta de solvente a água, cor azul. | R\$ 16,95 | R\$ 24.916,50 |
| 114 | 150 | CX | Pincel Atômico 1100 com ponta de feltro e tinta de solvente a água, cor preta. | R\$ 16,95 | R\$ 2.542,50 |
| 115 | 150 | CX | Pincel Atômico 1100 com ponta de feltro e tinta de solvente a água, cor vermelha. | R\$ 16,95 | R\$ 2.542,50 |
| 116 | 270 | CX | Pincel Atômico 1100 com ponta de feltro e tinta de solvente a água, cor verde | R\$ 16,95 | R\$ 4.576,50 |
| 132 | 4100 | CX | Régua escolar de plástico transparente de 300 mm | R\$ 0,60 | R\$ 2.460,00 |
| 133 | 20 | Unid | Teclado para computador com entrada PS-2 | R\$ 25,00 | R\$ 500,00 |
| 134 | 15 | Unid | Teclado para computador USB | R\$ 29,50 | R\$ 442,50 |
| 135 | 5000 | Unid | Tesoura escolar, lâmina de aço inoxidável, pontas arredondadas, cabo termoplástico, anatômico, medindo no mínimo 11cm (4 1/2") de comprimento | R\$ 1,15 | R\$ 5.750,00 |
| 137 | 3000 | Unid | Tinta guache, diversas cores, muito espessa, solúvel em água, em recipiente com 500ml | R\$ 3,50 | R\$ 10.500,00 |
| 138 | 24 | Unid | Tinta para almofada de carimbo azul. | R\$ 2,10 | R\$ 50,40 |
| 139 | 24 | Unid | Tinta para almofada de carimbo preta. | R\$ 2,10 | R\$ 50,40 |
| TOTAL | | | | R\$ | 165.363,20 |

diquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

4.1 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar contrato ou outro documento que o substitua injustificadamente, a sessão será retomada e as demais licitantes chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições da proposta vencedora, sujeitando-se a licitante desistente, às penalidades do art. 81 da Lei n.º 8.666/93.

4.2 – Pelo descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações expressas neste Edital e/ou na Proposta-Detalhe, inclusive prazo de entrega, ficará o licitante sujeito às seguintes penalidades, previstas no artigo 87 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

I - advertência;
II - multa moratória de 1,0 % (hum por cento) ao dia útil de atraso, até no máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato.

III - suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com os Órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, por prazo de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, na forma do inciso IV do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93.

4.3 – A multa prevista no subitem acima não tem caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

4.4 – Os valores devem ser recolhidos a favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, em sua Tesouraria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação escrita, podendo a PMM descontá-los das faturas por ocasião de seu pagamento, se assim julgar conveniente, e até mesmo cobrá-los executivamente em juízo.

4.5 - Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contra a aplicação das multas, na forma do artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - FATURAMENTO E PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos devidos a CONTRATADA serão efetuados através de crédito em conta corrente, em banco e agência, informados pela mesma até a assinatura do "Termo de Contrato" (conforme Portaria 001/2002 da Secretaria de Fazenda e Administração).

5.2. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de fatura apresentada pelo contratado, atestada e visada por, no mínimo, 02 (dois) servidores do órgão requisitante.

5.3. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 005/2011.

5.3.1. O prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final de adimplimento de cada parcela, nos termos da letra "a", do inciso XIV, do art. 40, da Lei n.º 8.666/93, mediante apresentação pela CONTRATADA, à repartição competente, da nota fiscal, previamente atestada por dos servidores que não o ordenador de despesas, designados para a fiscalização do contrato.

5.3.2. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso e reiniciará-se à contar da data da respectiva reapresentação.

5.3.3. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de fato atribuíveis à CONTRATADA, sofrerão a incidência de juros moratórios de 0,033 % (trinta e três centésimos por cento) ao mês, calculado pro *rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecimento na legislação serão feitos mediante desconto de 0,033% ao mês, pro *rata die*.

5.4. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data base utilizada para formulação das propostas. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer em periodicidade anual, observados os índices estipulados no Edital.

5.5 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA READEQUAÇÃO DE PREÇOS

6.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustados automaticamente, ressalvados, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a esta ata.

6.2. O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela PMM à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

6.2.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

6.2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

6.2.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA E DA RESCISÃO DO AJUSTE

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não fica obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o serviço pretendido, ficando assegurada ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA.

3.1. Quando efetivamente ocorrer a contratação a empresa será convocada, para no prazo de três dias úteis, comparecer a secretaria requisitante para assinatura do contrato.

3.2. Após formalização do ajuste/contrato, a empresa detentora da ata, terá o prazo para a retirada da nota de empenho de até 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação do extrato de contrato no JOM.

3.3. Para a retirada de cada nota de empenho ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a documentação relativa à habilitação do certame que já tenha expirado a validade.

3.4 O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal n.º 8.666/93.

3.4.1. A entrega do objeto na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho.

3.5. Se a qualidade do objeto entregue não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.6. Se, durante o prazo de validade da ata, o objeto entregue apresentar quaisquer alterações que impeçam ou preju-

7.1. DO CANCELAMENTO

7.1.1. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

7.1.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.1.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maiores devidamente comprovados.

7.2. DA RESCISÃO DO AJUSTE

7.2.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

7.2.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

7.2.2.1. a detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

7.2.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

7.2.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

7.2.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

7.2.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração;

7.2.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

7.2.3. A comunicação do cancelamento, nos casos previstos no subitem 7.1, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntado-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no JOM, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

7.2.4. A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

7.2.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no item 4, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

7.2.5. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

7.2.6. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto no edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

8.1. As aquisições ou serviços decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo.

8.2. As aquisições ou serviços decorrentes desta ata serão formalizados através de processo administrativo de contratação.

8.3. A emissão da nota de empenho/contratação, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pelo Titular da Pasta à qual pertencer a unidade requisitante ou por quem aquele delegar tal competência.

8.4. As aquisições ou serviços do objeto da ata, por órgãos da Administração Indireta, obedecerão às mesmas regras dos subitens anteriores, sendo competente para sua autorização e atos correlatos o Superintendente da autarquia ou o Presidente da empresa interessada, ou, ainda, a autoridade a quem aqueles houverem delegado os respectivos poderes.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O compromisso de fornecimento e execução dos serviços só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente decorrente da ata.

9.2. Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando protocolizados ou enviados através de "fac-símile", deles constando: data, valor unitário e quantidade, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante, e, ainda, data, hora e identificação de quem os recebeu, juntando-se cópia aos processos de liquidação e de requisição.

9.3. Os preços registrados, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo).

9.4. Caso o objeto entregue não corresponda às especificações da ata, será devolvido, ser substituído imediatamente.

9.5. O preço a ser pago pela PMM é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela PMM nesse intervalo de tempo.

9.6. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, esse deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8. A detentora da ata deverá comunicar à PMM toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Fazenda Pública de Maricá/RJ.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

10.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - convidar, mediante correspondência eletrônica ou outro meio eficaz, os órgãos e entidades para participarem do registro de preços;

II - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório pertinente, inclusive a documentação das justificativas nos casos em que a restrição à competição for admissível pela lei;

IV - realizar a necessária pesquisa de mercado com vistas à identificação dos valores a serem licitados;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VI - realizar todo o procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes, tais como a assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes;

VII - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

VIII - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços; e

IX - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do SRP e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores indicados.

10.2. Compete aos órgãos e entidades:

10.2.1. Requisitar via fax ou ofício, o eventual fornecimento do objeto da licitação cujos preços encontram-se registrados nesta Ata;

10.2.2. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado

10.2.3. Observar as determinações do Decreto nº 005/2011.

10.2.4. Cabe ao órgão participante indicar o gestor do contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

I - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

III - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

IV - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

10.3. Compete ao Fornecedor:

10.3.1. Fornecer o objeto dessa licitação na forma e condições ajustadas nesta Ata, no edital, na proposta vencedora da licitação e na minuta de contrato anexa ao edital;

10.3.2. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelos órgãos e entidades contratantes ou referentes à forma do objeto dessa licitação e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

10.3.3. Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.3.4. Em havendo necessidade, assente no que preceitua o art. 65, § 1º, da Lei federal 8.666, de 21 de junho de 1993, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas;

10.3.5. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Maricá ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata.

Maricá, 11 de Março de 2013.

Denize Luiz Cardim - Coordenadora do Órgão Gerenciador

Kin Vicente de Almeida - KLTV COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

OMITIDO DO JOM EDIÇÃO 343 – ANO V – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

EXTRATO DO TERMO N.º 01 DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N.º 01/2012, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 13904/2012.

INSTRUMENTO: TERMO N.º 01 DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO N. 01/2012, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 13904/2012.

PARTES: MUNICÍPIO DE MARICÁ E EMPRESA NQT – NELSON QUINTAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE REDE DE ACESSO POR ANÉIS ÓPTICOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE REDE QUE TEM POR OBJETIVO A DISPONIBILIZAÇÃO DE UMA PORTA DE ACESSO IP NA VELOCIDADE DE 150 MBPS À PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ.

VALOR: R\$ 951.255,72 (NOVECIENTOS E CINQUENTA E UM MIL DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 57, II, DA LEI FEDERAL Nº. 8.666/93, ARTIGO 27, II, DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 005/2010 E LEGISLAÇÃO CORRELATA.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES.

PROGRAMA DE TRABALHO: 14.01.04.122.0001

ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.3.9.0.39.00.00.00.206

ORIGEM DO RECURSO: 0206

EMPENHO: 139/2013

MARICÁ, 17 DE JANEIRO DE 2013.

MAX AGUIAR ALVES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO N.º 001/2013 DO CONTRATO N.º 01/2012

INSTRUMENTO: 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO N.º 01/2013 DO CONTRATO N.º 01/2012.

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ E NQT- NELSON QUINTAS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: RETIFICAÇÃO DO PREAMBULO E QUALIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO N.º 001/2013 DO CONTRATO N.º 01/2012, PARA QUE CONSTE COMO TERMO ADITIVO N.º 02/2013 DO CONTRATO N.º 01/2012.

MOTIVO: APURAÇÃO DE ERRO MATERIAL NO 1º ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 001/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 65, § 8º DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA, BEM COMO A PUBLICAÇÃO "LICITAÇÕES E CONTRATOS ORIENTAÇÕES E JURISPRUDÊNCIA DO TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – SENADO FEDERAL".

MARICÁ, 20 DE MARÇO DE 2013.

MAX AGUIAR ALVES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

COMUNICADO:

TORNO **SEM EFEITO**, POR MOTIVO DE ERRO MATERIAL, A PUBLICAÇÃO CONSTANTE NA PÁG. 05 DO JOM - EDIÇÃO N.º 254 DE 23 MAIO DE 2011 - DO ADITIVO N.º 01 DO CONTRATO N.º 28/2009, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 25780/2010, CUJO OBJETO VISA "ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 28/2009, QUE TRATA DA LOCAÇÃO DO IMÓVEL, SITA NA ESTRADA DE ITAIPUAÇU QUADRA 02, LOTE 02 DO LOTEAMENTO BAIRRO ITAIPUAÇU, 3º DISTRITO, ITAIPUAÇU – MARICÁ - RJ".

MARICÁ, 20 DE MARÇO DE 2013.

MAX AGUIAR ALVES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 011 DE 19 DE MARÇO DE 2013.

MODIFICA A PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 50/2009 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13642/2009, EM RAZÃO DA MUDANÇA DA MATRÍCULA DE SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

A **SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Coordenadoria de Contratos e Convênios em observância ao art. 3º, VIII do decreto municipal nº086/12 e considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento do contrato nº 50/2009 cujo Objeto é a contratação da empresa Hope Recursos Humanos S.A, para prestação do serviço de vigia.

RESOLVE:

Art. 1º MODIFICAR a portaria de Fiscalização de cumprimento do contrato n.º 50/2009 do Processo Administrativo n.º 13642/2009, cujo objeto é a contratação da empresa Hope Recursos Humanos S.A, para prestação dos Serviços de Vigia, em razão da mudança de matrícula dos servidores pertencentes à mesma, bem como substituir os servidores IRANI DE FREITAS BASTOS e LOURICI SOARES DA SILVA BITTENCOURT, pelos servidores FREDERICO DE MELLO QUINAN, matrícula 100060 e SHEILA NASCIMENTO ELIZEU, matrícula 6573.

Art.2º A Comissão de Fiscalização pertencente ao contrato supracitado manterá a mesma composição, conforme relacionada abaixo:

Frederico de Mello Quinan – Matrícula: 100060

Sheila Nascimento Elizeu -- Matrícula: 6573

Robson Teixeira da Silva -- Matrícula: 100073

Suplente : Carla Maria Nogueira da Silva--- Matrícula 100082

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 02/01/2013.

Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 19 de março de 2013.

Marta de Mello Quinan

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA Nº 34/2013

Designação de Comissão Fiscalizadora do contrato n.º 09/2010

O Ilmo. Sr. Secretário de Obras e Serviços Públicos do município de Maricá, usando de suas atribuições RESOLVE:

ART. 1º) Designar os servidores abaixo, para compor a comissão de Fiscalização de cumprimento dos termos do contrato n.º009/10 do processo administrativo 10.306/2010, cujo o objeto é a contratação de empresa para a CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO BAIRRO DE ITAIPUAÇU NO MUNICÍPIO DE MARICÁ.

CESAR CORRÊA; Matrícula n.º100.532

FRANCISCO DE ASSIS I. LAMEIRA; Matrícula n.º 100.674

JOSÉ ANTONIO F. FULGÊNCIO, Matrícula n.º 6.689

ART. 2º) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 02/01/13.

Maricá, 02 de janeiro de 2013.

Fernando Carvalho Rodovalho

Secretário de obras e serviços públicos

OMITIDO DO JOM EDDIÇÃO Nº 339 DE 07/01/2013.

PORTARIA Nº 35/2013

Designação de Comissão Fiscalizadora do contrato n.º 01/2012

O Ilmo. Sr. Secretário de Obras e Serviços Públicos do município de Maricá, usando de suas atribuições RESOLVE:

ART. 1º) Designar os servidores abaixo, para compor a comissão de Fiscalização de cumprimento dos termos do contrato n.º001/12 do processo administrativo 8520/2011, cujo o objeto é a contratação de empresa para a CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO LOTEAMENTO MANU MANOELA, NO MUNICÍPIO DE MARICÁ.

CESAR CORRÊA; Matrícula n.º100.532

FRANCISCO DE ASSIS I. LAMEIRA; Matrícula n.º 100.674

JOSÉ ANTONIO F. FULGÊNCIO, Matrícula n.º 6.689

ART. 2º) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 02/01/13.

Maricá, 02 de janeiro de 2013.

Fernando Carvalho Rodovalho

Secretário de obras e serviços públicos

OMITIDO DO JOM EDIÇÃO Nº 339 DE 07/01/2013.

Maricá, 18 de Março de 2013.

Processo nº. 2659/2012 – Pregão Presencial Nº 56/2012.

Em conformidade com o parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM), parecer da CPL e da Controladoria Geral do Município (CGM). Autorizo a despesa e Homologo a licitação **NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, com fulcro na Lei Federal 10.502/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, visando a AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS PESADOS QUE COMPONHA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ, adjudicando o objeto em favor das empresas **ARROZEIRA SANTA LÚCIA LTDA, no valor de global de R\$ 137.032,98 (cento e trinta e sete mil, trinta e dois reais e noventa e oito centavos), AGIL ANDRADE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, no valor global de R\$ 12.970,00 (doze mil, novecentos e setenta reais) e RECALCHUTADORA VINCOL DE VOLTA REDONDA LTDA – ME, no valor total global de R\$ 16.719,80 (dezesesseis mil, setecentos e dezenove reais e oitenta centavos)**, perfazendo o total da licitação em **R\$ 166.722,78 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos)**.

Fernando Carvalho Rodovalho

Secretário Municipal de Obras

Matr.: 100.008

SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3180 /2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em conformidade com o parecer da Secretaria Municipal de Controle Interno e Fiscalização, AUTORIZO a despesa e HOMOLOGO a dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, do processo n.º 3180/2013, que tem por objeto a aquisição de pneus agrícolas para trator Massey Ferguson, **com o valor global de R\$ 2.680,00 (dois mil, seiscentos e oitenta reais)**, em favor da Empresa G.L.BILL e Cia Ltda.

Em, 21 de março de 2013.

Rubem da Silva Pereira

Secretário de Pesca e Agricultura

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 29, DE 20 DE MARÇO DE 2013.

ESTABELECE A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 014/2011 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13676/2011

A **SECRETÁRIA DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento dos contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento dos termos do contrato n.º 014/2011 do Processo Administrativo n.º 13676/2011, cujo objeto é Locação de imóvel para a Secretaria Municipal de Saúde de Maricá.

1) Ivana Curvelo de Oliveira- matrícula n.º 864

2) Márcia Gonçalves Santiago Coelho – matrícula n.º 874

3) Carlos José da Costa Azevedo – matrícula n.º 1795

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 20/03/2013.

Publique-se!

Prefeitura Municipal de Maricá, em 20 de março de 2013.

Janete Celano Valladão

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 30, DE 20 DE MARÇO DE 2013.

ESTABELECE A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO Nº 015/11 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13677/2011

A **SECRETÁRIA DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento dos contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento dos termos do contrato n.º 015/2011 do Processo Administrativo n.º 13677/2011, cujo objeto é Locação de imóvel para a Secretaria Municipal de Saúde de Maricá.

1) Ivana Curvelo de Oliveira- matrícula n.º 864

2) Márcia Gonçalves Santiago Coelho – matrícula n.º 874

3) Carlos José da Costa Azevedo – matrícula n.º 1795

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 20/03/2013.

Publique-se!
Prefeitura Municipal de Maricá, em 20 de março de 2013.
Janete Celano Valladão
Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 31, DE 20 DE MARÇO DE 2013.
ESTABELECE A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO Nº 006/10 REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14060/2011.

A SECRETÁRIA DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de regulamentar e fiscalizar o cumprimento dos contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores, abaixo, para compor a Comissão de Fiscalização de cumprimento dos termos do Termo Aditivo 03 ao contrato nº 006/2010 do Processo Administrativo n.º 14060/2011, cujo objeto é Locação de imóvel para a Secretaria Municipal de Saúde de Maricá.

- 1) Ivana Curvelo de Oliveira- matrícula nº 864
- 2) Márcia Gonçalves Santiago Coelho – matrícula nº 874
- 3) Carlos José da Costa Azevedo – matrícula nº 1795

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, gerando seus efeitos a partir de 20/03/2013.

Publique-se!
Prefeitura Municipal de Maricá, em 20 de março de 2013.
Janete Celano Valladão
Secretária de Saúde

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 002/2013

A Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, informa que fica adiada para o dia 05/04/2013 às 10 horas, a Sessão de Realização do Chamamento Público n.º 02/2013, em decorrência da impugnação ao Edital interposta pela Associação de Saúde Humanizada, que tramita sob o n.º de processo 5319/2013.

Em, 26 de março de 2013.
Janete Celano Valladão
Secretaria Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

RESOLUÇÃO 001/2013

SECTTRAN

O Secretário Municipal de Transportes de Maricá, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com da Lei nº 2183, 13 de Dezembro de 2006, que dispõe sobre a execução do serviço de transporte de passageiros em veículo de aluguel a táxi (TAXI) no Município de Maricá, que determina recadastramento anual ordinário dos permissionários de e seus respectivos auxiliares, de acordo com a lei a verificação dos documentos exigidos.

Resolve:

Art. 1º. Fixar no período **conforme calendário abaixo das 10:00 às 17:00hs.** para apresentação dos documentos abaixo relacionados na Secretaria de Transportes de Maricá, referente ao procedimento de recadastramento no exercício de 2013.

Pela inicial da letra do nome :

| | |
|------------|---------|
| 24 e 25/04 | A |
| 26/04 | B/ C |
| 29 e 30/04 | D/ E |
| 02/05 | F |
| 03/05 | G/ H |
| 6 e 7/05 | I/ J/ L |
| 8 e 9/05 | M/N/O |
| 10/05 | P |
| 13 e 14/05 | R/ S |
| 15/05 | T/ Z |

Art.2º. Para efetuar a abertura do processo de recadastramento, os permissionários deverão comparecer na recepção da Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito, situada na Rodovia Amaral Peixoto, KM 22,5 - São José do Imbassai - Maricá RJ.

I – Para recadastramento de Condutores e auxiliares:

- a) Carteira de identidade.
- b) Carteira Nacional de Habilitação, com a classificação que permita a condução de veículo/ táxi;
- c) Comprovação de quitação militar e eleitoral;
- d) Cartão de identificação do contribuinte do Ministério da Fazenda-CIC
- e) Comprovante de inscrição na Previdência Social;
- f) Atestado de bons antecedentes;
- g) Atestado fornecido por médico credenciado pelo SUS que comprove estar o solicitante em boas condições físicas e mentais;
- h) Declaração de que não exerce atividade incompatível com a de condutor do serviço de táxi;
- i) Comprovar que reside no Município de Maricá há pelo menos 5 (cinco) anos, através de documento hábil ou por declaração fornecida por 2(duas) pessoas de notória e ilibada conduta moral e social;
- j) Comprovante de pagamento do ISS de 2013, na qualidade de motorista autônomo;
- k) Último CRLV.

OBS: Trazer original e cópia da documentação

Art. 3º. O não comparecimento sujeitará na aplicação das penalidades previstas na Lei nº 2183 de 13/12/ 2006.

Art.4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o as disposições em contrário.

Maricá, 25 de Março de 2013.
GENILDO LEANDRO COSTA
Secretário de Trânsito e Transportes de Maricá.



PORTARIA Nº 033 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor RENATO DA COSTA MACHADO gratificação especial estipulada em 60% (sessenta por cento) da função que exerce na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de Janeiro de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 034 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor RONALDO CLOVIS FERREIRA DAS CHAGAS gratificação especial estipulada em 60% (sessenta por cento) da função que exerce na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de Janeiro de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 036 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

CONCEDER, a servidora FERNANDA MACHADO BECK DE ANDRADE gratificação especial estipulada em 100% (cem por cento) da função que exerce na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de Janeiro de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 047 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor CARLOS DA SILVA MATTOS gratificação especial estipulada em 100% (cem por cento) da função que exerce na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de Janeiro de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 048 DE 14 DE JANEIRO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor LEONARDO SILVEIRA DA SILVA gratificação especial estipulada em 100% (cem por cento) da função que exerce na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de Janeiro de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 060 DE 14 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº 188 DE 15 DE JULHO DE 2009.

RESOLVE:
NOMEAR, a senhora SILVANA APARECIDA COELHO, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR DE PLENÁRIO – Nível 8, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 061 DE 14 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor ROBERTO DE FIGUEIREDO gratificação especial estipulada em 50% (cinquenta por cento) da função que exerce na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 062 DE 14 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor ODMAR GETULIO FREDERICO RAMOS gratificação especial estipulada em 50% (cinquenta por cento) da função que exerce na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 063 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DE USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER, ao servidor RONALDO CLOVIS FERREIRA DAS CHAGAS um adiantamento no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para fazer face de despesas de pronto pagamento, devendo o mesmo prestar contas no prazo de 60 dias a partir da data do recebimento da importância acima mencionada.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 064 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

EXONERAR o senhor CLAUDEIR DA SILVA PERES, nomeado pela portaria nº 038 de 14 de janeiro de 2013 para exercer o cargo comissionado de Oficial de Gabinete – Nível 8 nesta Câmara, com efeito retroativo a 01 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 065 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº 188 DE 15 DE JULHO DE 2009.

RESOLVE:

NOMEAR, a senhora JULIANA DA COSTA LENINE, para exercer o cargo comissionado de Oficial de Gabinete – Nível 8, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Fabiano Taques Horta.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.

Vereador

FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 066 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

EXONERAR a senhora VERONICA RODRIGUES PAUL, nomeada pela portaria nº 011 de 10 de janeiro de 2013 para exercer o cargo comissionado de Oficial de Gabinete – Nível 8 nesta Câmara, com efeito retroativo a 01 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 067 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI COMPLEMENTAR Nº 188 DE 15 DE JULHO DE 2009.

RESOLVE:

NOMEAR, o senhor DOMINGOS SAVIO DE SOUZA NOGUEIRA, para exercer o cargo comissionado de Oficial de Gabinete – Nível 8, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Frank Francisco Fonseca da Costa.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 14 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 068 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI Nº 188/2009, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 223/2013.

RESOLVE:

NOMEAR, os senhores e senhoras abaixo relacionados para exercerem cargo comissionado de Assessor Legislativo nesta Câmara, com seus efeitos retroativo a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no gabinete dos respectivos Vereadores:

| Nome | Vereador | Cargo | Nível |
|---|------------------------------|----------------------|-------|
| Penha Melânia Machado da Silva | Adailton Pereira da C. Filho | Assessor Legislativo | 9 |
| Djair Custodio da Silva Junior | Adelso Pereira | Assessor Legislativo | 9 |
| Fernanda Abreu Jageliavicius | Ademilton da Silva Diniz | Assessor Legislativo | 9 |
| Michel de Souza Costa | Alcebiades Machado Filho | Assessor Legislativo | 9 |
| Derci José Barbosa Passos | Aldair Nunes Elias | Assessor Legislativo | 9 |
| Carolina de Souza Nascimento dos Santos | Fabiano Taques Horta | Assessor Legislativo | 9 |
| Jorge Teixeira Moraes | Filipe Dias Bittencourt | Assessor Legislativo | 9 |
| Rosana Gonçalves da Silva | Frank Francisco F. da Costa | Assessor Legislativo | 9 |
| Sandra Maria Gouvea de Oliveira | Helter Viana F. de Almeida | Assessor Legislativo | 9 |
| Marcia da Silva Ferreira | Robson Dutra da Silva | Assessor Legislativo | 9 |
| Diogo Sperling dos Santos | Valdevino Costa da Silva | Assessor Legislativo | 9 |

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 15 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 070 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

REVOGAR as gratificações concedida as servidoras abaixo relacionados, com efeitos retroativos 01 de março de 2013.

| |
|--------------------------------------|
| Beatriz Leite Azeredo |
| Dalma Santos da Costa |
| Marilza Figueiredo Nazareth da Silva |

| |
|------------------------|
| Silvia Soares Vitorino |
| Vany Ferreira da Costa |

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 15 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 071 DE 15 DE MARÇO DE 2013.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

CONCEDER, aos servidores abaixo relacionados gratificação especial estipulada em percentual referente à função que exercem na Câmara Municipal de Maricá-RJ, conforme Parágrafo Único do Art. 21 da Lei Complementar nº139/2006, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 178/2008, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013.

| Nome | percentual |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| Ana Maria Silva dos Santos | 25% (vinte e cinco por cento) |
| Aurea Teixeira Antunes | 50% (cinquenta por cento) |
| Beatriz Leite Azeredo | 80% (oitenta por cento) |
| Claudia Lucia Pinto | 60% (sessenta por cento) |
| Dalma Santos da Costa | 75% (setenta e cinco por cento) |
| Iolanda dos Santos Silva | 25% (vinte e cinco por cento) |
| Marcia Cristina Azevedo Pereira | 60% (sessenta por cento) |
| Marilza Figueiredo Nazareth da Silva | 85% (oitenta e cinco por cento) |
| Rogério Leite Azeredo | 25% (vinte e cinco por cento) |
| Silvia Soares Vitorino | 85% (oitenta e cinco por cento) |
| Vany Ferreira da Costa | 85% (oitenta e cinco por cento) |

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Maricá, 15 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL – TOMADA DE PREÇO Nº 005/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ/RJ, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 17 (dezesete) de abril de 2013, às 11:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada à avenida N.S do Amparo nº.57, a Tomada de preço Nº.005/2013 do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tudo de acordo com as normas contidas na Lei federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores. Os interessados poderão obter informações e/ou adquirir o edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação situada no endereço acima, de segunda a sexta-feira no horário de 10:00h às 17:00h – tel. Contato (21) 3731-0101, mediante a entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, de forma compensatória dos gastos de impressão do referido Edital, na íntegra.

.Objeto: **Aquisição de material de escritório para a Câmara Municipal de Maricá**

Visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Maricá, conforme discriminados no ANEXO I.

Prazo de Entrega Total: Conforme determinação da CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ..

Maricá – RJ 22 de março de 2013.

Ronaldo Clovis Ferreira das Chagas
Presidente
Comissão Permanente de Licitação
Câmara Municipal de Maricá

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL – TOMADA DE PREÇO Nº 003/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ/RJ, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 15 (quinze) de abril de 2013, às 11:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada à avenida N.S do Amparo nº.57, a tomada de preço Nº.003/2013 do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tudo de acordo com as normas contidas na Lei federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores. Os interessados poderão obter informações e/ou adquirir o edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação situada no endereço acima, de segunda a sexta-feira no horário de 10:00h às 17:00h – tel. Contato (21) 3731-0101, mediante a entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, de forma compensatória dos gastos de impressão do referido Edital, na íntegra.

Objeto: Fornecimento de combustíveis e lubrificantes para atender os carros da Câmara Municipal de Maricá.

Visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Maricá, conforme discriminados no ANEXO I.

Prazo de Entrega Total: Conforme determinação da CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ..

Maricá – RJ 22 de março de 2013.

Ronaldo Clovis Ferreira das Chagas - Presidente

Comissão Permanente de Licitação - Câmara Municipal de Maricá

EXTRATO DE TERMO CONTRATUAL

Nº do Processo Administrativo: 038/2013

Nº do Contrato: C.M.M. 001/2013

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ/RJ

Contrato:DB NOVA TECNOLOGIA LTDA

Prazo: 11 (onze) meses

Valor total: R\$ 77.990,00 (setenta e sete mil novecentos e noventa reais)

Empenho global nº0019/2013

Programa de Trabalho nº 0001

Elemento de Despesa nº 3.3.90.39

Objeto: Locação de sistemas Contábil, Orçamento, Tesouraria, RH, Transparência Fiscal e Contracheque Web para a Câmara Municipal de Maricá/RJ.

Fundamentação: Convite nº 003/2013
Maricá, 15 de fevereiro de 2013
Fabiano Taques Horta

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL – TOMADA DE PREÇO Nº 004/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ/RJ, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 16 (dezesesseis) de abril de 2013, às 11:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada à avenida N.S do Amparo nº.57, a Tomada de Preço Nº.004/2013 do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, tudo de acordo com as normas contidas na Lei federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores. Os interessados poderão obter informações e/ou adquirir o edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação situada no endereço acima, de segunda a sexta-feira no horário de 10:00h às 17:00h – tel. Contato (21) 3731-0101, mediante a entrega de 02 (duas) resmas de papel A4, de forma compensatória dos gastos de impressão do referido Edital, na íntegra.

.Objeto: Aquisição de material de copa e cozinha para Câmara Municipal de Maricá.

Visando atender as necessidades da Câmara Municipal de Maricá, conforme discriminados no ANEXO I.

Prazo de Entrega Total: Conforme determinação da CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ..

Maricá – RJ 22 de março de 2013.

Ronaldo Clovis Ferreira das Chagas
Presidente
Comissão Permanente de Licitação
Câmara Municipal de Maricá

PORTARIA Nº 072 DE 22 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI Nº 188/2009, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 223/2013.
RESOLVE:

NOMEAR, o senhor ROBSON OLIVEIRA DE ASSIS, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico–Nível 7, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Helter Viana Ferreira de Almeida.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 22 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA PRESIDENTE

PORTARIA Nº 073 DE 22 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI Nº 188/2009, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 223/2013.
RESOLVE:

NOMEAR, a senhora LUCIANA SOARES, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico –Nível 7, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Fabiano Taques Horta.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 22 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA - PRESIDENTE

PORTARIA Nº 072 DE 22 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI Nº 188/2009, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 223/2013.
RESOLVE:

NOMEAR, o senhor ROBSON OLIVEIRA DE ASSIS, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico–Nível 7, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Helter Viana Ferreira de Almeida.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 22 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA PRESIDENTE

PORTARIA Nº 073 DE 22 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI Nº 188/2009, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 223/2013.
RESOLVE:

NOMEAR, a senhora LUCIANA SOARES, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico –Nível 7, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Fabiano Taques Horta.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 22 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 072 DE 22 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI Nº 188/2009, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 223/2013.
RESOLVE:

NOMEAR, o senhor ROBSON OLIVEIRA DE ASSIS, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico–Nível 7, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Helter Viana Ferreira de Almeida.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 22 de março de 2013.
Vereador FABIANO TAQUES HORTA
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 073 DE 22 DE MARÇO DE 2013.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARICÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI Nº 188/2009, COM ALTERAÇÃO DADA PELA LEI Nº. 223/2013.
RESOLVE:

NOMEAR, a senhora LUCIANA SOARES, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico –Nível 7, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013, exercendo suas funções no Gabinete do Vereador Fabiano Taques Horta.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.
Câmara Municipal de Maricá, 22 de março de 2013.

Vereador FABIANO TAQUES HORTA
PRESIDENTE



ATO Nº 010/2013.
O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no inciso Art. 12, I do RGI do ISSM,

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 3º da EC nº 47/05 c/c art. 7º da EC nº 41/03.

CONSIDERANDO também, o que foi decidido no Processo Administrativo nº 040/13, datado de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentaria a servidora do quadro permanente **NILCÉA PEREIRA TEIXEIRA**, nascida em 02/12/1957, Professora, lotada na Secretaria Municipal Educação, matrícula nº 0788, inscrita no PASEP sob o nº 1.700.407.956-0, sendo o valor do benefício correspondente a R\$ 2.943,90 (dois mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa centavos), conforme apostila de fixação de proventos em anexo, que fica fazendo parte integral deste Ato.

Art. 2º - Este ato entra em vigor em 02 de abril de 2013, produzindo seus efeitos imediatos.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Maricá, 21 de março de 2013.

Luiz Carlos Bittencourt Coelho - Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM

ATO Nº 011/2013.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no inciso Art. 12, I do RGI do ISSM,

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 3º da EC nº 47/05 c/c art. 7º da EC nº 41/03.

CONSIDERANDO também, o que foi decidido no Processo Administrativo nº 041/13, datado de 03/01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentaria ao servidor do quadro permanente **JOSÉ FRANCISCO RIBEIRO DE VASCONCELLOS**, nascido em 04/09/1954, Operador de Maquinas, lotado na Secretaria Municipal Executiva, matrícula nº 0327, inscrito no PASEP sob o nº 1.008.158.331-9, sendo o valor do benefício correspondente a R\$ 1.382,00 (um mil, trezentos e oitenta e dois reais), conforme apostila de fixação de proventos em anexo, que fica fazendo parte integral deste Ato.

Art. 2º - Este ato entra em vigor em 02 de abril de 2013, produzindo seus efeitos imediatos.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Maricá, 21 de março de 2013.

Luiz Carlos Bittencourt Coelho

Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM

ATO Nº 012/2013.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no inciso Art. 12, I do RGI do ISSM,

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 3º da EC nº 47/05 c/c art. 7º da EC nº 41/03.

CONSIDERANDO também, o que foi decidido no Processo Administrativo nº 047/13, datado de 10/01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentaria ao servidor do quadro permanente **MANOEL FRANCISCO SPINDOLA**, nascido em 03/02/1954, Agente de Serviços, lotado na Secretaria Municipal Executiva, matrícula nº 0740, inscrito no PASEP sob o nº 1.075.281.793-8, sendo o valor do benefício correspondente a R\$ 1.204,88 (um mil, duzentos e quatro reais e oitenta e oito centavos), conforme apostila de fixação de proventos em anexo, que fica fazendo parte integral deste Ato.

Art. 2º - Este ato entra em vigor em 02 de abril de 2013, produzindo seus efeitos imediatos.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Maricá, 21 de março de 2013.

Luiz Carlos Bittencourt Coelho

Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM

ATO Nº 013/2013.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ – ISSM, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO, o disposto no Artigo 4º, II da Lei 093 de 17/08/2001 c/c o disposto no inciso Art. 12, I do RGI do ISSM,

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 3º da EC nº 47/05 c/c art. 7º da EC nº 41/03.

CONSIDERANDO também, o que foi decidido no Processo Administrativo nº 054/13, datado de 15/01/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentaria a servidora do quadro permanente **RUTH MOURA DE OLIVEIRA LOPES**, nascida em 23/09/1958, Professora, lotada na Secretaria Municipal Educação, matrícula nº 0663, inscrita no PASEP sob o nº 1.700.406.158-0, sendo o valor do benefício correspondente a R\$ 3.276,20 (três mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte centavos), conforme apostila de fixação de proventos em anexo, que fica fazendo parte integral deste Ato.

Art. 2º - Este ato entra em vigor em 02 de abril de 2013, produzindo seus efeitos imediatos.

Registre, Publique-se e Cumpra-se.

Maricá, 21 de março de 2013.

Luiz Carlos Bittencourt Coelho

Presidente

INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DE MARICÁ - ISSM